



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Habeas Corpus nº 330230-3 – Recife (3ª Vara do Tribunal do Júri)

Impetrante: A Bela. Maria da Penha Gomes de Vasconcelos

Paciente: Daniel da Mota Silveira

Relator: Des. Roberto Ferreira Lins

Procuradora de Justiça: Drª. Severina Lúcia de Assis

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: Penal e Processual Penal. *Habeas Corpus* Liberatório. Homicídio Qualificado Tentado. Arguições de Excesso de Prazo, Falta de Fundamentação Idônea no Decreto Conversor da Prisão em Flagrante em Preventiva e Direito à Consecução da Liberdade Provisória. Primeira Suscitação Repelida, Ante a Certeza do Trâmite Regular da Ação Penal. Decisão Conversora da Flagrância em Preventiva despida de Fundamentação Adequada. Conferimento do Benefício da Liberdade Provisória, em Concomitância com a Aplicação de Medidas Cautelares e Protetivas. 1. Não Colhe a alegação de excesso de prazo para o encerramento da instrução, diante da convicção de que o feito criminal vem tendo curso no sítio da razoabilidade. 2. Ostentando o paciente condições pessoais favoráveis à consecução da liberdade provisória e diante da evidência de que a decisão que convolou o flagrante em preventiva exhibe-se carente de motivação idônea, é de ser conferido ao imputado o benefício da liberdade interina, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, favor legal esse aliado à aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, IV e V, do Código de Processo Penal, e das protetivas insertas no artigo 22, incisos II e III, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 11.343/06, com a consequente expedição de alvará de soltura, vinculado à ação penal de nº 0000126-14.2014.8.17.0001. 3. *Habeas Corpus* parcialmente concedido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* n.º 330230-3, da Comarca do Recife, em que figuram como partes as acima

112

referidas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, na sessão do dia 15/04/2014, em conceder parcialmente a ordem, tudo conforme consta da ementa e dos votos em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 15/04/2014.

Des. Roberto Ferrelira Lins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Habeas Corpus nº 330230-3 – Recife (3ª Vara do Tribunal do Júri)

Impetrante: A Bela. Maria da Penha Gomes de Vasconcelos

Paciente: Daniel da Mota Silveira

Relator: Des. Roberto Ferreira Lins

Procuradora de Justiça: Drª. Severina Lúcia de Assis

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com postulação de liminar, impetrado pela Bela. Maria da Penha Gomes de Vasconcelos, através da atorial de fls. 02 a 47, em favor de Daniel da Mota Silveira, apontando como autoridade coatora o Juiz da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Aduz a impetrante, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, mormente porque, além da completa ausência, na hipótese, dos permissórios da prisão cautelar, a decisão que converteu a flagrância em segregação preventiva é carecida de fundamentação idônea, devendo prevalecer, *in casu*, o princípio da presunção de inocência, pois o paciente ostenta condições pessoais favoráveis à consecução da liberdade provisória, decorrendo a coação extralegal igualmente do excesso de prazo na formação da culpa.

Pediu, alfim, o benefício da liberdade provisória em favor do paciente, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, com a expedição do competente alvará de soltura.

Indeferida a postulação de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fl. 85, com acompanhamento dos documentos de fls. 86 a 98, esclarecendo, de exórdio, que o paciente foi preso em flagrante em 30 de dezembro de 2013, acusado da prática do delito do artigo 121, c/c o art. 14, II, do Código Penal, tendo a denúncia sido recebida apenas no que se

114
refere à imputação de homicídio tentado qualificado (art. 121, § 2º, incisos II, II e IV, do Código Penal).

Clarificou, ainda, que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva pela Juíza Plantonista, tendo o Ministério Público, em sequencial, reservado-se para se pronunciar sobre pleito de liberdade provisória após a apresentação da resposta à acusação e da juntada aos autos da perícia traumatológica da vítima, estando o feito no estágio da citação e demais expedientes iniciais.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fl. 102 a 107, opinou no sentido da concessão parcial da ordem, com o conferimento ao paciente da mercê da liberdade provisória, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, além da aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319, incisos I, IV e V, e das protetivas precógnitas no artigo 22, incisos II e III, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 11.340/06.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Adianto a Vossas Excelências que o tópico mandamental respeitante à excogitada coação extralegal por excesso de prazo não tem nenhuma procedência, visto que, datando a prisão do paciente do dia 30 de dezembro de 2013, e estando as providências iniciais de chamamento determinadas, é de solar clareza que a ação penal vem apresentando curso na seara da razoabilidade, fulminando a alegativa de excesso injustificável de prazo na conclusão da instrução.

Por outro lado, enuncio o entendimento, sem a necessidade de muitas palavras, de que a ordem deve ser concedida, em nome do que se entende por uma lúdima justiça, visto que o paciente está a sofrer, efetivamente, constrangimento ilegal, sobretudo porque, além de ostentar atributos pessoais favoráveis à consecução do benefício da liberdade provisória, a decisão conversora do flagrante em preventiva, a de fl. 89, exhibe-se carecida de fundamentação adequada, máxime por não indicar nenhum elemento concreto que demonstre a presença dos permissivos da medida

24

115
extrema, limitando-se à excogitação da possibilidade, na espécie, de uma condenação, não podendo, assim, a toda evidência, subsistir.

É por isso que comungo inteiramente no pensamento da operosa Procuradoria de Justiça, expresso no substancioso parecer de fls. 102 a 107, para votar, como voto, no sentido da concessão parcial da ordem, com o conferimento ao paciente da mercê da liberdade provisória, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, a ser assinado no Juízo *a quo*, sob pena de revogação do benefício, favor legal esse aliado à aplicação, como o faço, das medidas cautelares ínsitas no artigo 319, incisos I, IV e V, do Código de Processo Penal, e das protetivas insertas no artigo 22, incisos II e III, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 11.340/06, devendo a Diretoria Criminal remeter à autoridade impetrada o integral teor deste voto e dos votos dos ilustres pares, para conhecimento e providências.

Expeça-se em favor do paciente, incontinênti, alvará de soltura vinculado à ação penal de nº 0000126-14.2014.8.17.0001, a fim de que seja posto em liberdade, se por *al* não estiver preso.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Relator